

HABEAS CORPUS Nº 549.010 - SP (2019/0358602-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JOSE GUILHERME DA SILVA VENTURA
ADVOGADO : JOSÉ GUILHERME DA SILVA VENTURA - SP404460
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OSCAR GENEROSO CARDOSO DE MELLO TUCUNDUVA
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. 32 PINOS DE COCAÍNA. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE INDEFERIU *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. SÚMULA N. 691/STF. APLICABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. REINCIDÊNCIA. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.

Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Oscar Generoso Cardoso de Mello Tucunduva** - preso em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas (Autos n. 1509186-47.2019.8.26.0344) -, no qual se alega constrangimento ilegal por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu a liminar no *writ* ali impetrado, mantendo a custódia cautelar do paciente (HC n. 2249855-66.2019.8.26.0000).

Alega-se, em síntese, a necessidade de superação da Súmula n. 691/STF, diante do não preenchimento dos requisitos do art. 312 do CPP e da ausência de fundamentação idônea que justifique a segregação cautelar imposta, pois a decisão recorrida se fundou na gravidade abstrata do delito e na comoção social que o crime causa na população.

Sustenta-se que o paciente não é traficante, mas sim usuário e dependente químico, tendo, no dia dos fatos, uma recaída, razão pela qual foi à cidade de Marília comprar entorpecente.

Por fim, em liminar e no mérito, pede-se que seja revogada a prisão preventiva

do paciente ou que seja concedida a liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula n. 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Ao decretar a preventiva, o juiz de piso teceu os seguintes fundamentos (fls. 40/41):

[...]

Em observância ao art. 282 e seguintes do CPP, **verificando a gravidade concreta do delito imputado, bem como as circunstâncias fáticas apresentadas no auto de prisão em flagrante, verifico que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram insuficientes para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.** Com efeito, o custodiado foi surpreendido por policiais militares quando guardava e transportava substância entorpecente, pois, de acordo com os depoimentos colhidos inicialmente em sede policial (fls. 02/03), **após abordagem do acusado, a qual trafegava pela Rodovia SP – 333 a bordo do veículo VW/Gol, placas APP 2277, foi encontrado, sob a cueca daquele, 32 (trinta e dois) pinos de cocaína, as quais, segundo informações colhidas pelos policiais junto ao acusado, estariam sendo levadas a cidade de Echaporã para comercialização.** Não se olvide que o tráfico de drogas é crime de especial gravidade, notadamente nas circunstâncias suspeitas acima mencionadas, tudo a apontar a custódia cautelar imprescindível no presente caso, sobretudo, para a garantia da ordem pública, que certamente restaria comprometida, caso ocorresse a imediata liberação do preso, diante dos fatos acima narrados. **Se não bastasse, é de se ter presente que o acusado já fora condenado anteriormente por decisão transitada em julgado pela prática de outros delitos,** conforme se verifica às fls. 35/36 dos autos.

[...]

À primeira vista, autoriza a prisão preventiva a conclusão de que é devida a

Superior Tribunal de Justiça

determinação de prisão cautelar em razão da reincidência e da gravidade em concreto do delito, já que o paciente foi pego em flagrante quando trafegava de uma cidade para outra com 32 pinos de cocaína na cueca.

Nesse sentido, sabe-se que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a existência de maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso denotam o risco de reiteração delitiva e constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar (HC n. 473.991/SC, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 4/2/2019).

De mais a mais, o Relator do prévio *writ* indeferiu a liminar afastando qualquer ilegalidade flagrante na prisão preventiva do paciente. Convém, portanto, aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* impetrado da origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator